

SCOTIABANK BRASIL S.A.
BANCO MÚLTIPLO

Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Comitê de Auditoria.....	4
Relatório dos Auditores Independentes	6
Balanços Patrimoniais	11
Demonstração dos Resultados.....	13
Demonstração dos Resultados Abrangentes	14
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	15
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	16
Notas Explicações às Demonstrações Financeiras	17

Relatório da Administração

Apresentação

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

Desempenho do exercício

O Banco encerrou o exercício de 2022 com um lucro líquido de R\$ 396.059 (R\$ 196.183 em 2021), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido de 17,97% (16,23% em 2021). Apresentou índice de Basileia do Conglomerado de 25,46% (12,14% em 2021) e patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 904.500 (R\$ 786.432 em 2021).

Desde o início da pandemia, o Banco está em plena capacidade operacional e as ações estão pautadas nas orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da Covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte aos seus funcionários. O Banco continua com sua política conservadora no que tange à administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades do Banco.

A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Grupo Scotiabank Brasil").

Outras informações

De acordo com o disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Banco declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve distribuição de dividendos no valor de R\$ 1.000 (R\$ 1.500 em 2021) e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 138.336 (R\$ 46.656 em 2021), já deduzidos dos tributos incidentes. No mesmo período, houve aumento de capital social no valor de R\$ 138.336, integralizados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio.

A Diretoria Executiva deliberou sobre grupamento da totalidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, considerando, inclusive, as ações emitidas no aumento de capital, sendo o grupamento calculado com base na proporção de 100.000 por 1 ação da mesma espécie. Desta forma, o capital social antes dividido em 9.560.846.423 passa a ser representado por 95.608 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Agradecimentos

O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria

Relatório do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e da empresa de auditoria externa e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da auditoria interna, dos auditores externos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Sistemas de controles internos e de administração de riscos

O Comitê de Auditoria, avaliou, em reuniões com a Diretoria de Riscos & Compliance, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos de crédito, de mercado e de liquidez.

Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Banco são adequados e suficientes.

Cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas

O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Organização.

Auditoria interna

O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas, da aprovação de seus planejamentos estratégico e tático e do acompanhamento de sua execução.

O Comitê avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização.

Auditoria externa

O Comitê mantém com os auditores externos um canal de comunicação regular para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, permitindo aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis.

O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela KPMG, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Demonstrações financeiras

O Comitê analisou as demonstrações contábeis em conjunto com as notas explicativas, relativas ao exercício 2022 e debateu com a KPMG e com executivos da Organização antes de sua publicação. Verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, certifica que as informações constantes neste relatório são verídicas, atendem às requisições definidas na Resolução CMN nº 4.910 e que o sistema de controles do Scotiabank Brasil S.A. é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 1º de março de 2023.

Comitê de Auditoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e aos Administradores do
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Ver notas explicativas 3g, 9c e 9d das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3g, 9c e 9d, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito totaliza, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 133.697 mil.</p> <p>Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("rating"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como os dias de atraso, a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais da carteira, e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Banco aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa suas estimativas com base em estudos internos (provisão complementar). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perdas relacionados a cada nível de riscos, envolvem premissas e julgamentos feitos pelo Banco baseados em suas metodologias internas de avaliação dos níveis de risco dos clientes.</p> <p>Devido à relevância das operações de crédito e do montante de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o fato do cálculo da referida provisão basear-se em premissas e julgamentos feitos pela Administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliamos o desenho dos controles internos e a efetividade chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes, que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;• Avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pelo Banco, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, incluindo as metodologias internas e premissas utilizadas para mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, incluindo a provisão complementar, como os dias de atraso, a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais da carteira. Essa análise foi com base em entendimento dos processos do cliente e comparação de dados de mercado com a análise de crédito;• Analisamos, para todos os clientes da carteira, o cálculo aritmético da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99;• Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as premissas utilizadas na mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos

Ver notas explicativas 3e e 7 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3e e 7, os instrumentos financeiros derivativos totalizam, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 3.240.012 mil (ativo) e R\$ 1.120.678 mil (passivo) e são contabilizados pelo valor de mercado.</p> <p>O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como <i>swaps</i>, termos e operações de futuro, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, Corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos reconhecidos a outros tipos de instrumentos financeiros.</p> <p>Devido à relevância das operações de instrumentos financeiros derivativos e o fato do cálculo do valor de mercado basear-se em premissas e julgamentos feitos pela Administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliamos o desenho, dos controles internos chaves implementados pelo Banco relacionados a processos de aprovação, registro e atualização das operações, para mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros;• Recalculamos, com base em amostragem da carteira de instrumentos derivativos, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, o valor de mercado dos instrumentos financeiros com base em informações observáveis no mercado, como taxas de câmbio, índices econômicos e outras taxas divulgadas por entidades reguladoras ou de mercado; e em certos casos a aplicação de política interna do Banco;• Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas aplicáveis e consideram informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros derivativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Mark Suda Yamashita

Contador CRC SP – 1SP271754/O-9

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Balancos Patrimoniais em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



Ativo	Nota	2022	2021
Disponibilidades	4	13.129	11.818
Ativos financeiros		16.680.654	14.058.748
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	9.686.685	7.643.337
Títulos e valores mobiliários	6	1.461.327	1.523.351
Instrumentos financeiros derivativos	7b	3.240.012	531.347
Operações de crédito	9a	521.902	1.928.790
Operações de câmbio	10	1.186.061	2.361.054
Outros ativos financeiros	11a	584.667	70.869
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(134.009)	(168.285)
Títulos e valores mobiliários	6	(312)	(449)
Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	9c/d	(133.697)	(167.836)
Outros ativos	11b	5.802	27.390
Créditos tributários	20b/c	279.810	116.217
Investimentos		64.610	60.232
Participações em controladas	12	64.604	60.226
Outros investimentos		6	6
Imobilizado de uso		11.279	11.463
Imóveis de uso		1.595	892
Outras imobilizações de uso		22.704	23.803
Depreciações acumuladas		(13.020)	(13.232)
Intangível		3.546	2.853
Ativos intangíveis		5.254	3.942
Amortizações acumuladas		(1.708)	(1.089)
Total do ativo		16.924.821	14.120.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Balancos Patrimoniais em
31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)



Passivo	Nota	2022	2021
Passivos financeiros		13.264.922	12.633.646
Depósitos	13	4.055.059	1.155.567
Captações no mercado aberto	14	887.315	799.333
Obrigações por empréstimos	15	6.234.306	3.977.177
Obrigações por repasses	16, 25a	730.290	1.396.454
Instrumentos financeiros derivativos	7b	1.120.678	2.828.429
Operações de câmbio	10	188.857	1.771.039
Outros passivos financeiros	17a	48.417	705.647
Outros passivos	17b	55.315	120.135
Obrigações fiscais diferidas	20b	431.961	69.396
Provisões para contingências	18d	30.334	31.432
Patrimônio líquido		3.142.289	1.265.827
Capital social	19a	2.437.823	796.879
Reservas de lucros	19b	719.489	487.178
Outros resultados abrangentes	3d	(15.023)	(18.230)
Total do passivo		16.924.821	14.120.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Demonstração dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)



	Nota	2022		2021
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas/(despesas) da intermediação financeira		508.563	649.636	448.625
Operações de crédito	9f	28.467	(66.808)	101.172
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		619.221	1.056.675	354.528
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	387.373	174.975	353.193
Operações de captação no mercado aberto		(284.019)	(512.792)	(82.847)
Operações de empréstimos e repasses		(63.139)	79.820	(107.861)
Resultado em operações de câmbio		(179.340)	(82.234)	(169.560)
Resultado da intermediação financeira		508.563	649.636	448.625
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		3.622	34.276	(11.305)
Títulos e valores mobiliários		577	137	(5)
Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito	9d	3.045	34.139	(11.300)
Resultado bruto da intermediação financeira		512.185	683.912	437.320
Outras receitas/(despesas) operacionais		(44.805)	(94.359)	(113.947)
Receitas de prestação de serviços		8.012	21.004	21.015
Despesas de pessoal	25b	(40.760)	(88.399)	(86.148)
Outras despesas administrativas	25c	(20.162)	(37.771)	(30.575)
Despesas tributárias		(1.737)	(4.565)	(15.824)
Resultado de participação em controlada	12	2.454	4.578	230
Outras receitas operacionais	25f	9.109	20.065	653
Outras despesas operacionais	25g	(1.721)	(9.271)	(3.298)
Despesas de provisões para contingências		(970)	(1.886)	(766)
Trabalhistas		(59)	(112)	(91)
Fiscais		(911)	(1.774)	(675)
Resultado operacional		466.410	587.667	322.607
Resultado não operacional		42	7.509	(8)
Resultado antes da tributação e participações nos lucros		466.452	595.176	322.599
Imposto de renda e contribuição social	20a	(135.974)	(196.185)	(123.949)
Provisão para imposto de renda		(149.454)	(201.425)	(67.025)
Provisão para contribuição social		(119.563)	(161.140)	(56.155)
Ativo fiscal diferido		133.043	166.380	(769)
Participações nos lucros		(2.913)	(2.932)	(2.467)
Lucro líquido do semestre/exercício		327.565	396.059	196.183
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$		41,98	50,76	46,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Demonstração dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)



	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	327.565	396.059	196.183
Itens que podem ser reclassificados para o resultado			
Varição no valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda	7.320	3.207	(25.884)
Títulos e valores mobiliários	13.547	6.194	(47.055)
Efeito fiscal	(6.096)	(2.787)	21.175
Ajuste de avaliação patrimonial controlada	(131)	(200)	(4)
Resultado abrangente do semestre/exercício	334.885	399.266	170.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)



	Capital	Aumento de	Reservas de Lucros		Outros	Lucros	Total
	Social	Capital	Legal	Estatutárias	Resultados Abrangentes	Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	796.879	-	30.942	316.442	7.654	-	1.151.917
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(25.884)	-	(25.884)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	196.183	196.183
Constituição de reserva legal	-	-	9.809	-	-	(9.809)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	-	131.485	-	(131.485)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(54.889)	(54.889)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(1.500)	-	-	(1.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	796.879	-	40.751	446.427	(18.230)	-	1.265.827
Aumento de capital	1.502.608	138.336	-	-	-	-	1.640.944
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	3.207	-	3.207
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	396.059	396.059
Constituição de reserva legal	-	-	19.803	-	-	(19.803)	-
Constituição de reservas estatutárias	-	-	-	213.508	-	(213.508)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(162.748)	(162.748)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.299.487	138.336	60.554	658.935	(15.023)	-	3.142.289
Saldos em 30 de Junho de 2022	2.299.487	-	44.176	446.427	(22.343)	65.069	2.832.816
Aumento de capital	-	138.336	-	-	-	-	138.336
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	7.320	-	7.320
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	327.565	327.565
Constituição de reserva legal	-	-	16.378	-	-	(16.378)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	213.508	-	(213.508)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(162.748)	(162.748)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.299.487	138.336	60.554	658.935	(15.023)	-	3.142.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)



	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	327.565	396.059	196.183
Ajustes ao lucro líquido	132.462	161.790	73.910
Despesa/(reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.622)	(34.276)	11.305
Resultado de participações em controladas e coligadas	(2.454)	(4.578)	(230)
Depreciações e amortizações	1.543	2.478	1.261
Perda na baixa de imobilizado de uso	50	95	8
Impostos diferidos	135.974	196.185	60.788
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	970	1.886	778
Variação de ativos e passivos operacionais	1.335.610	(1.110.214)	(12.154)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(832.393)	(1.122.911)	(756.735)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	1.355.372	68.218	(995.561)
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	(522.079)	(4.416.416)	(1.227.747)
(Aumento)/redução em operações de crédito	953.206	1.406.888	(302.946)
(Aumento) em operações de câmbio	(241.742)	(407.189)	(43.559)
(Aumento) em outros ativos financeiros	(277.346)	(513.798)	(29.564)
Redução em outros ativos	416	21.588	3.418
Aumento em depósitos	248.074	2.899.492	988.746
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	(57.772)	87.982	(137.972)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	703.399	1.590.965	1.928.236
Aumento/(redução) em outros passivos financeiros	12.983	(657.230)	619.377
(Redução) em outros passivos	(5.652)	(64.820)	(57.847)
(Redução) em provisões para contingências	(856)	(2.983)	-
Caixa líquido (aplicado) nas/proveniente das atividades operacionais	1.795.637	(552.365)	257.939
Atividades de investimento			
Alienação de imobilizado de uso	-	-	232
Alienação de intangível	-	-	807
Aquisição de investimentos	-	-	(60.000)
Aquisição de imobilizado de uso	(632)	(1.912)	(5.829)
Aplicações do intangível	(423)	(1.170)	(1.363)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(1.055)	(3.082)	(66.153)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	138.336	1.640.944	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(162.748)	(162.748)	(54.889)
Pagamento de dividendos	(1.000)	(1.000)	(1.500)
Caixa líquido (aplicado) nas/proveniente das atividades de financiamento	(25.412)	1.477.196	(56.389)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	1.769.170	921.749	135.397
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.882.114	2.729.535	2.594.138
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	3.651.284	3.651.284	2.729.535
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	1.769.170	921.749	135.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”) localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 7º andar, São Paulo - Brasil, está organizado e autorizado a exercer as suas atividades como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio.

Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia (“BNS”) e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 1º de março de 2023.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável a elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

Para fins de melhor apresentação, o Banco efetua a reclassificação da variação cambial negativa das contas “Outras receitas/despesas operacionais” diretamente para as respectivas contas “Receitas/despesas da intermediação financeira” na demonstração de resultado.

b) Outros ativos

Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado.

d) Títulos e valores mobiliários

São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: “Títulos para negociação”, relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, “Títulos disponíveis para venda”, que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e “Títulos mantidos até o vencimento”, os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para os títulos privados, como as debêntures, é baseado no apreamento a modelo de forma independente, que consiste no cálculo do valor futuro dos fluxos de caixa acrescidos de correção monetária, descontados ao seu valor presente pela taxa de juros prefixada acrescido do *spread* de crédito. O Banco registra a estimativa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures, utilizando os critérios definidos na nota 3g. No caso da aplicação em fundo de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos e operações de futuros, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apreamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos financeiros derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente.

f) Operações de crédito

São registradas considerando os rendimentos auferidos, reconhecidos em base *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

As receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias são registrados em conta de rendas a apropriar, sendo reconhecidos em resultado quando de seu efetivo recebimento.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Fundamentada na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor adequado para absorver prováveis perdas na sua realização levando em conta a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, bem como o disposto na Resolução CMN nº 2.682, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação.

h) Operações de câmbio

A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas da demonstração dos resultados conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

i) Permanente

- **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens.
- **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.
- **Investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificadas perdas por *impairment*.

k) Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Os custos incorridos na forma de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias.

l) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei nº 9.430. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei nº 7.689.

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de Imposto de Renda e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os créditos tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o Imposto de Renda e 20% para a Contribuição Social.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie e pessoas jurídicas do setor financeiro, foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP nº 1.115.

Com base na Resolução CMN nº 4.842, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 20c).

n) PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

p) Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 22).

q) Benefícios a empregado pós-emprego

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

r) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

- i. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 25e.

s) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2022	2021
Disponibilidades	13.129	11.818
Moeda nacional	2.603	1.317
Moeda estrangeira	10.526	10.501
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.638.155	2.717.717
Aplicações no mercado aberto – vendas a liquidar – posição bancada	3.387.494	2.612.994
Aplicações em depósitos interfinanceiros	250.661	104.723
Total	3.651.284	2.729.535

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2022		2021
	Até 3 meses	Total	Total
Aplicações no mercado aberto	9.436.024	9.436.024	7.538.614
<u>Posição bancada</u>			
LTN	7.548.371	7.548.371	4.126.041
NTN	-	-	2.612.994
LFT	1.000.501	1.000.501	-
<u>Posição financiada</u>			
LTN	-	-	4.726
<u>Posição vendida</u>			
LTN	887.152	887.152	794.853
Aplicações em depósitos interfinanceiros	250.661	250.661	104.723
Total	9.686.685	9.686.685	7.643.337

6. Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

Composição por tipo e vencimento

	2022				2021			
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Custo atualizado
<u>Títulos para negociação</u>								
Carteira própria								
LTN	-	-	-	-	-	-	11.710	11.714
NTN	-	6.344	-	12.373	18.717	19.126	8.934	9.414
Ações Cias	7.568	-	-	-	7.568	7.568	-	-
Fechadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾								
Total	7.568	6.344	-	12.373	26.285	26.694	20.644	21.128
<u>Títulos disponíveis para venda</u>								
Carteira própria								
LTN	-	199.895	-	-	199.895	199.931	2.586	2.594
Subtotal	-	199.895	-	-	199.895	199.931	2.586	2.594
Vinculados a prestação de garantias⁽ⁱ⁾								
LTN	-	-	609.879	515.051	1.124.930	1.151.839	1.324.354	1.357.484
Cotas de fundo de investimento	35.837	-	-	-	35.837	35.837	35.368	35.368
Subtotal	35.837	-	609.879	515.051	1.160.767	1.187.676	1.359.722	1.392.852
Total	35.837	199.895	609.879	515.051	1.360.662	1.387.607	1.362.308	1.395.446

Títulos mantidos até o vencimento

	2022				2021			
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Custo atualizado/contábil	Valor de mercado	Custo atualizado/contábil	Valor de mercado
Carteira própria								
Debêntures ⁽ⁱⁱ⁾	-	1.210	1.150	72.020	74.380	81.333	140.399	149.310
Total	-	1.210	1.150	72.020	74.380	81.333	140.399	149.310
Total Geral	43.405	207.449	611.029	599.444	1.461.327	1.495.634	1.523.351	1.565.884

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos e de câmbio.

(ii) No exercício de 2022 há provisão para perdas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 312 (R\$ 449 em 2021).

(iii) Reorganização societária da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP).

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, as debêntures em outra instituição financeira e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

7. Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco.

Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos:

a) Contratos futuros

	2022		2021	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)
Posição comprada	44.226.281	287.333	34.852.960	(704.661)
DI	1.434.139	303	1.069.453	289
DDI	38.987.937	309.050	32.245.442	(673.672)
Dólar	3.804.205	(22.020)	1.538.065	(31.278)
Posição vendida	4.147.472	22.750	3.468.715	29.863
DI	443.700	(188)	1.963.097	(614)
DDI	3.703.772	22.938	1.505.618	30.477

Em 31 de dezembro de 2022, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica “Outros passivos financeiros” no passivo circulante, o montante de R\$ 39 (R\$ 23 em 2021), referente a comissões e corretagens a liquidar junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Operações de swap e operações a termo

Por indexador	2022			2021		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado
Swap						
Valores a receber	28.505.265	1.669.860	3.235.104	15.001.746	226.282	489.000
CDI x Dólar	28.505.265	1.669.860	3.235.104	14.769.746	220.884	483.093
CDI x Euro	-	-	-	232.000	5.398	5.907
Valores a pagar	7.417.982	(1.494.190)	(1.098.030)	12.239.541	(2.835.882)	(2.817.062)
CDI x Dólar	7.417.982	(1.494.190)	(1.098.030)	12.239.541	(2.835.882)	(2.817.062)
Termo de moedas – NDF						
Valores a receber	297.064	5.530	4.908	2.276.587	44.308	42.347
Posição comprada – Dólar	297.064	5.530	4.908	1.996.020	29.875	26.075
Posição vendida – Dólar	-	-	-	280.567	14.433	16.272
Valores a pagar	435.993	(25.098)	(22.648)	203.539	(12.068)	(11.367)
Posição comprada – Dólar	435.993	(25.098)	(22.648)	112.356	(8.438)	(9.461)
Posição vendida – Dólar	-	-	-	91.183	(3.630)	(1.906)
Total	36.656.304	156.102	2.119.334	29.721.413	(2.577.360)	(2.297.082)

c) Composição por vencimento

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento:

	2022				2021	
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Futuros ⁽ⁱ⁾	12.733.471	2.428.817	5.641.412	27.570.053	48.373.753	38.321.675
Swap ⁽ⁱⁱ⁾	1.026.269	2.320.535	4.913.338	27.663.105	35.923.247	27.241.287
Termo de moedas – NDF ⁽ⁱⁱ⁾	160.343	142.665	300.628	129.421	733.057	2.480.126
Total	13.920.083	4.892.017	10.855.378	55.362.579	85.030.057	68.043.088

(i) Contraparte: B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

(ii) Contraparte: pessoa jurídica.

d) Segregação entre circulante e não circulante

O valor de mercado dos instrumentos financeiros estava segregado conforme segue:

	2022			2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Swap	329.476	2.905.628	3.235.104	61.950	427.050	489.000
Termo de moedas – NDF	4.899	9	4.908	23.397	18.950	42.347
Total	334.375	2.905.637	3.240.012	85.347	446.000	531.347
Passivo						
Swap	(591.332)	(506.698)	(1.098.030)	(326.256)	(2.490.806)	(2.817.062)
Termo de moedas – NDF	(21.020)	(1.628)	(22.648)	(9.393)	(1.974)	(11.367)
Total	(612.352)	(508.326)	(1.120.678)	(335.649)	(2.492.780)	(2.828.429)

e) Resultados

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão assim compostos:

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Futuros	(1.708.240)	(6.841.593)	771.623
Swap	2.064.585	6.782.009	(394.077)
Termo de moedas – NDF	31.028	234.559	(24.353)
Total	387.373	174.975	353.193

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

8. Gerenciamento de Riscos

Administração de risco operacional

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro do Banco. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco.

A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Banco e do BNS.

Administração de riscos de mercado e liquidez

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade.

A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.958.

Administração de risco de crédito

Em linha com as regulamentações do BACEN e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam.

A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Banco.

De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito do Banco.

Gerenciamento de capital

O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557.

Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital e; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital.

A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com> (não auditado).

Hierarquia de valor justo

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.924.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 – Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3 – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banco, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4557 e da Resolução nº 111, as operações são divididas entre as carteiras de negociação e bancária.

As carteiras de negociação são formadas pelos instrumentos, inclusive derivativos, mantidos com finalidade de negociação e que atendam às seguintes condições: estejam livres de impedimento legal para venda; e

sejam avaliados diariamente pelo valor de mercado, conforme critérios definidos pela regulamentação em vigor. Os ajustes ao valor de mercado dos instrumentos devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta de receita ou de despesa, no resultado do período das instituições.

Na carteira bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Banco, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento e os instrumentos da carteira de tesouraria.

A fim de avaliar os efeitos no resultado do Conglomerado diante de eventuais cenários, o Banco realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Análise de sensibilidade 1

São considerados choques paralelos nas curvas dos fatores de riscos mais relevantes. Consideram-se dois cenários para essa simulação, em que cada fator de risco analisado sofre um incremento ou uma redução de 100 pontos base. Essa análise examina os efeitos no resultado da organização diante de possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

Carteira de negociação

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros		
Exposição de juros prefixados	(882)	882
Exposição ao cupom cambial	1.704	(1.704)
Total	822	(822)

Carteira de negociação + bancária

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros		
Exposição de juros prefixados	(10.027)	10.027
Exposição ao cupom cambial	(2.990)	2.990
Total	(13.017)	13.017

Análise de sensibilidade 2

São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

Cenário (I): Choque paralelo de 10 pontos base (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 10% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (II): Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 20% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (III): Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 30% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

É importante destacar que os cenários (II) e (III) envolvem eventos relacionados a fortes situações de estresse.

Carteira de negociação

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros			
Exposição de juros prefixados	(88)	(2.435)	(3.653)
Exposição ao cupom cambial	(170)	(2.002)	(3.002)
Total	(258)	(4.437)	(6.655)
Taxas de câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(355)	(710)	(1.065)

Carteira de negociação + bancária

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros			
Exposição de juros prefixados	(1.003)	(26.904)	(40.356)
Exposição ao cupom cambial	(299)	(3.715)	(5.572)
Total	(1.302)	(30.619)	(45.928)
Taxas de câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(355)	(710)	(1.065)

Na análise realizada, as operações da carteira bancária sofreram valorização ou desvalorização em decorrência das mudanças nas taxas de juros a termo praticadas no mercado. Essas oscilações não representam impacto financeiro no resultado do Banco, pois os ativos financeiros contidos nessa carteira não são mensurados ao valor de mercado e, por consequência, o impacto dessas oscilações são considerados somente no patrimônio líquido do Banco.

No caso da carteira de negociação, as exposições representam impactos no resultado do Banco devido a marcação a mercado dos ativos ou devido a sua realização ou liquidação.

9. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo

	2022			2021
	A vencer			Total
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	Total	
Setor privado				
Cédula de crédito bancário (CCB)	-	-	-	366.341
Indústria	-	-	-	101.734
Outros serviços - PJ	-	-	-	264.607
Nota de crédito à exportação (NCE) (nota 25a)	261.000	260.902	521.902	1.396.454
Indústria	261.000	260.902	521.902	1.396.454
Outros créditos – indústria⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	165.995
Total CCB, NCE e outros créditos	261.000	260.902	521.902	1.928.790
CCL exportação com ACC/ACE – (nota 10)	609.515	350.051	959.566	610.171
Indústria	549.316	256.551	805.867	207.654
Outros serviços – PJ	60.199	93.500	153.699	402.517
Rendas a receber de ACC/ACE – (nota 10)	9.512	2.302	11.814	1.958
Indústria	8.411	2.136	10.547	556
Outros serviços - PJ	1.101	166	1.267	1.402
Variação cambial CCL exportação com ACC/ACE⁽ⁱ⁾	26.023	(1.914)	24.109	24.268
Indústria	22.052	(756)	21.296	2.232
Outros serviços – PJ	3.971	(1.158)	2.813	22.036
Total ACC e ACE	645.050	350.439	995.489	636.397
Total	906.050	611.341	1.517.391	2.565.187

(i) Conforme instruções do BACEN, o Banco calcula a provisão para perdas associadas ao risco de crédito das operações, com base no saldo de câmbio comprado a liquidar (CCL) das operações com adiantamento de contrato de câmbio (ACC/ACE) adicionado aos respectivos rendimentos, convertidos em reais mensalmente pela taxa de câmbio (PTAX) fornecida pelo BACEN para fins de balanço.

(ii) Referem-se a operações de ACE que tiveram seus contratos de câmbio liquidados no Banco Central do Brasil, mas devido a renegociação da operação foram reclassificadas para o COSIF de "Outros créditos".

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Banco não possuía operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 3.533.

b) Concentração das operações de crédito

	2022	2021
Principal devedor – (nota 25a)	521.902	1.396.454
Percentual sobre o total da carteira de crédito	34,4%	54,4%
20 maiores devedores	1.517.391	2.565.187
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%

c) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de risco	% mínimo de provisionamento requerido	2022				2021	
		Total da carteira	Provisão mínima	Provisão adicional ⁽ⁱ⁾	Provisão total	Total da carteira	Provisão total
AA	0%	1.385.998	-	(2.304)	(2.304)	2.399.192	(1.841)
H	100%	131.393	(131.393)	-	(131.393)	165.995	(165.995)
Total		1.517.391	(131.393)	(2.304)	(133.697)	2.565.187	(167.836)

(i) Provisão adicional aos percentuais estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682.

d) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldos no início do exercício	(167.836)	(156.536)
Constituição de provisão	(5.050)	(16.607)
Reversão de provisão	39.189	5.307
Saldos no final do exercício	(133.697)	(167.836)

e) Créditos renegociados, recuperados e baixados para prejuízo

O montante de créditos renegociados em 31 de dezembro de 2022 representa R\$ 276.035 (R\$ 849.395 em 2021).

O Banco possui garantias financeiras prestadas no montante de R\$ 2.469 (R\$ 2.469 em 2021).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve recuperações e créditos baixados para prejuízo.

f) Resultado de operações de crédito

	<u>2022</u>		<u>2021</u>
	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Rendas de financiamentos à exportação	14.610	21.224	133.699
Rendas de empréstimos	5.731	24.977	21.698
Rendas de repasses interfinanceiros	8.126	8.126	-
Variação cambial negativa	-	(121.135)	(54.225)
Total	28.467	(66.808)	101.172

10. Operações de Câmbio

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo circulante		
Câmbio comprado a liquidar	1.173.135	2.122.847
Direitos sobre vendas de câmbio	1.112	236.249
Rendas a receber de adiantamentos concedidos – (nota 9a)	11.814	1.958
Total	1.186.061	2.361.054
Passivo circulante		
Obrigações por compra de câmbio	1.147.316	2.125.878
Câmbio vendido a liquidar	1.107	255.332
Adiantamentos sobre contrato de câmbio – (nota 9a)	(959.566)	(610.171)
Total	188.857	1.771.039

11. Outros Ativos

a) Composição de outros ativos financeiros

	2022	2021
Ativo circulante		
Negociação e intermediação de valores	333.673	30.826
Repasse interfinanceiro – (nota 25a)	208.388	-
Outros	4	3
Subtotal	542.065	30.829
Ativo não circulante		
Devedores por depósitos em garantia – (nota 18d)	42.602	40.040
Subtotal	42.602	40.040
Total	584.667	70.869

b) Composição de outros ativos

	2022	2021
Ativo circulante		
Impostos e contribuições a compensar	120	21.333
Valores a receber sociedades ligadas	737	1.112
Outros valores e bens	1.474	1.044
Adiantamentos e antecipações salariais	1.222	898
Pagamentos a ressarcir	2.112	2.127
Outros	-	497
Subtotal	5.665	27.011
Ativo não circulante		
Outros valores e bens	33	278
Impostos e contribuições a compensar	104	98
Pagamentos a ressarcir	-	3
Subtotal	137	379
Total	5.802	27.390

12. Participações em controladas

O Banco possui participação de 100% na Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme segue:

	2022	2021
Percentual de participação no capital social	100%	100%
Quantidade de ações detidas	60.000.000	60.000.000
Capital social da controlada	60.000	60.000
Patrimônio líquido da controlada	64.604	60.226
Resultado do período da controlada ⁽ⁱ⁾	4.578	230
Valor contábil do investimento	64.604	60.226
Resultado de equivalência patrimonial	4.578	230

(i) A autorização de funcionamento da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários foi publicada em 11 de fevereiro de 2021, portanto o resultado apresentado em 2021 corresponde ao período de 11 de fevereiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

13. Depósitos

	2022				2021	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	326	-	-	-	326	202
Depósitos interfinanceiros	-	420.641	-	-	420.641	45.450
Depósitos a prazo	-	855.041	1.851.273	927.778	3.634.092	1.109.915
Total	326	1.275.682	1.851.273	927.778	4.055.059	1.155.567

Em 31 de dezembro de 2022 o percentual médio das captações dos depósitos a prazo é 102% do DI (100% do DI em 2021).

14. Captações no Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2022, estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 887.315 (R\$ 799.333 em 2021), com vencimentos até março de 2023 e taxa média de 13,81% ao ano, correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação.

15. Obrigações por Empréstimos

As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 6.234.306 (R\$ 3.977.177 em 2021) estão representadas, basicamente, por operações destinadas a financiamentos à exportação, com vencimentos até junho de 2023. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 4,30% a 5,51% ao ano (0,13% a 0,20% ao ano em 2021).

16. Obrigações por Repasses

As obrigações por repasses do exterior no montante de R\$ 730.290 (R\$ 1.396.454 em 2021) – nota 25a, estão representadas, por captação externa na forma da Resolução CMN nº 2.921, com vencimentos até novembro de 2023. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 0,99% a 5,07% ao ano (0,74% a 1,14% ao ano em 2021).

17. Outros Passivos

a) Composição de outros passivos financeiros

	2022	2021
Passivo circulante		
Relações interdependências	24.788	-
Negociação e intermediação de valores	23.629	705.647
Total	48.417	705.647

b) Composição de outros passivos

	2022	2021
Passivo circulante		
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	63.161
Impostos e contribuições a recolher	18.695	22.858
Provisão para despesas de pessoal	18.678	16.698
Valores a pagar sociedades ligadas	1.486	699
Outros	2.327	3.375
Subtotal	41.186	106.791
Passivo não circulante		
Provisão para despesas de pessoal	14.129	11.244
Outros	-	2.100
Subtotal	14.129	13.344
Total	55.315	120.135

18. Contingências e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos contingentes

O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros.

b) Contingências passivas

O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3o.

O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica “Provisões para contingências”, no passivo não circulante.

As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 186 (R\$ 1.341 em 2021). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas.

Existem processos em andamento de natureza fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 14.533 (R\$ 13.422 em 2021), sendo os mais significativos decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.601 (R\$ 5.408 em 2021) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 7.713 (R\$ 6.830 em 2021), referente a impostos reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal.

c) Obrigações legais

O processo principal no montante de R\$ 20.336 (R\$ 19.355 em 2021), incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17 e Lei Complementar nº 7 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade.

d) Movimentação dos saldos

	2022				2021
	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações legais	Total	Total
Provisão para contingências					
Saldo inicial	3.508	2.937	24.987	31.432	28.528
Constituição	15	-	280	295	2.098
Atualização	96	152	1.342	1.590	806
Pagamento	(2.983)	-	-	(2.983)	-
Total	636	3.089	26.609	30.334	31.432

	2022				2021
	Trabalhistas	Fiscais	Obrigações legais	Total	Total
Depósitos judiciais					
Saldo inicial	89	14.120	25.831	40.040	39.263
Constituição	-	-	280	280	30
Atualização	7	868	1.407	2.282	747
Total – (nota 11a)	96	14.988	27.518	42.602	40.040

19. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente integralizado, no valor de R\$ 2.437.823, está representado por 95.608 (4.204.886.326 em 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404.

Em 10 de fevereiro de 2022 e em 24 de maio de 2022, conforme Atas de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, o Banco recebeu recursos dos acionistas para o aumento do capital social nos montantes de R\$ 780.114 e de R\$ 722.494 respectivamente, representados por 2.591.420.901 e por 2.341.326.437 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os processos foram aprovados pelo BACEN em 16 de fevereiro de 2022 e em 08 de junho de 2022.

Em 15 de dezembro de 2022, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi deliberado o aumento de capital social no valor de R\$ 138.336, integralizados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio. O processo está em fase de homologação pelo BACEN.

A Diretoria Executiva deliberou sobre grupamento da totalidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, considerando, inclusive, as ações emitidas no aumento de capital, sendo o grupamento calculado com base na proporção de 100.000 por 1 ação da mesma espécie. Desta forma, o capital social antes dividido em 9.560.846.423 passa a ser representado por 95.608 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A Administração deliberará em Assembleia Geral, anualmente, o montante mínimo relativo à distribuição de dividendos referente ao lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme Ata da Diretoria, foram aprovados para pagamento:

- I. Dividendos no valor de R\$ 1.000 (R\$ 1.500 em 2021).
- II. Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 138.336 (R\$ 46.656 em 2021), já deduzidos do imposto de renda retido na fonte no valor de R\$ 24.412 (R\$ 8.233 em 2021).

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após as participações nos lucros	592.244	592.244	320.132	320.132
Juros sobre o capital próprio	(162.748)	(162.748)	(54.889)	(54.889)
Adições/(exclusões) temporárias	(827.946)	(827.946)	(135.083)	(135.083)
Ajuste ao valor de mercado – TVM e derivativos	(803.417)	(803.417)	(150.607)	(150.607)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(34.276)	(34.276)	11.305	11.305
Outras	9.747	9.747	4.219	4.219
Adições/(exclusões) permanentes	6.516	6.520	11.390	1.857
Base tributável	(391.934)	(391.930)	141.550	132.017
Alíquotas	25%	20%	25%	22%
Total IRPJ e CSLL – valores correntes antes dos incentivos fiscais	-	-	(35.363)	(29.480)
Incentivos fiscais	-	-	1.682	-
Total IRPJ e CSLL – valores correntes	-	-	(33.681)	(29.480)
Créditos tributários	92.443	73.937	(427)	(342)
Passivo fiscal diferido	(201.425)	(161.140)	(33.344)	(26.675)
Total	(108.982)	(87.203)	(67.452)	(56.497)

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

Créditos tributários	Saldos em 31/12/2021	Constituição	Realização/ reversão	Saldos em 31/12/2022
Refletido no resultado	101.304	193.780	(27.400)	267.684
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	176.392	-	176.392
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	13.163	801	(338)	13.626
Provisões indedutíveis	10.837	7.820	(6.713)	11.944
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	75.525	3.457	(18.818)	60.164
Provisão para risco de crédito – debêntures	203	-	(62)	141
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como negociação	218	77	(111)	184
Ajuste a valor de mercado de operações compromissadas	-	33	-	33
Outros	1.358	5.200	(1.358)	5.200
Refletido no patrimônio líquido	14.913	1.030	(3.817)	12.126
Ajuste a valor de mercado de TVM classificados como disponíveis para venda	14.913	1.030	(3.817)	12.126
Total	116.217	194.810	(31.217)	279.810

Passivo fiscal diferido	Saldos em 31/12/2021	Constituição	Realização /reversão	Saldos em 31/12/2022
Refletido no resultado				
Ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos	(57.746)	(385.813)	22.113	(421.446)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(9.488)	(1.027)	-	(10.515)
Marcação a mercado de operações compromissadas	(2.162)	-	2.162	-
Total	(69.396)	(386.840)	24.275	(431.961)

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Prazo de realização	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
1º ano	9.167	7.541	16.708
2º ano	13.621	1.593	15.214
3º ano	19.537	26.830	46.367
4º ano	21.549	33.010	54.559
5º ano	20.784	34.202	54.986
6º ano ao 10º ano	18.760	73.216	91.976
Total	103.418	176.392	279.810
Valor presente ⁽ⁱ⁾	69.423	105.720	175.143

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

21. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

a) Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2022	2021	2022	2021
Disponibilidades	1.574	3.690	9.489	3.673
BNS	1.574	3.690	9.489	3.673
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	21	-
Scotiabank Brasil S.A. CTVM	-	-	21	-
Carteira de câmbio – posição ativa	-	464.970	(71.319)	101
BNS	-	464.970	(71.319)	101
Depósitos a vista	(246)	(97)	-	-
Scotiabank Brasil S.A. CTVM	(246)	(97)	-	-
Captações no mercado aberto	-	(4.701)	(135)	(9)
Scotiabank Brasil S.A. CTVM	-	(4.701)	(135)	(9)
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas / receitas/(despesas) de prestação de serviços	(749)	413	13.917	15.151
BNS	(1.430)	(576)	14.163	15.483
Scotiabank Inverlat (México)	(45)	-	(330)	(416)
Scotiabank Colpatría (Colômbia)	726	989	(77)	9
Scotiabank Peru	-	-	(144)	-
Scotiabank Brasil S.A. CTVM	-	-	305	75
Obrigações por empréstimos	(6.234.306)	(3.977.177)	(11.964)	(28.386)
BNS	(6.234.306)	(3.977.177)	(11.964)	(28.386)
Obrigações por repasses	(730.290)	(1.396.454)	91.784	(79.475)
BNS	(730.290)	(1.396.454)	91.784	(79.475)
Carteira de câmbio – posição passiva	-	(485.570)	88.273	(20.538)
BNS	-	(485.570)	88.273	(20.538)
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	-	-	48
Scotiabank Colpatría (Colômbia)	-	-	-	48

b) Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizam R\$ 21.952 (R\$ 21.423 em 2021), sendo formadas por R\$ 13.272 (R\$ 12.092 em 2021), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 8.680 (R\$ 9.331 em 2021), que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

22. Pagamento Baseado em Ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU ou PSU.

a) Plano de unidades de ações restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2022, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 6.546 (R\$ 4.788 em 2021) e a quantidade total de ações é de 48.495 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,26 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 4.620 (R\$ 4.713 em 2021).

b) Plano de unidades de ações por desempenho (PSU - *Performance Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (retorno sobre o patrimônio líquido e retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 31 de dezembro de 2022, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 7.822 (R\$ 7.486 em 2021) e a quantidade total de ações é de 30.172 unidades mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,26 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 2.981 (R\$ 7.112 em 2021).

23. Benefícios a Empregado Pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 948 (R\$ 1.872 em 2021).

Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros.

O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

24. Índice de Basileia e Limites Operacionais

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil, formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia do Conglomerado é de 25,46% (12,14% em 2021), o Patrimônio de Referência de R\$ 2.999.816 (R\$ 1.262.221 em 2021) e o patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (*RWA*) de R\$ 904.500 (R\$ 786.432 em 2021). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o índice de imobilização.

25. Outras Informações

a) Operações ativas vinculadas

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	2022	2021	2022	2021
Operações de crédito				
NCE – (nota 9a)	521.902	1.396.454	(99.911)	263.164
Repasse interfinanceiro – (nota 11a)	208.388	-	8.126	-
ACC	-	317.056	(31.047)	37.552
Obrigações por empréstimos e repasses				
Repasses do exterior - (nota 16)	(730.290)	(1.396.454)	91.785	(263.164)
Empréstimos no exterior	-	(316.092)	31.303	(35.617)
Total	-	964	256	1.935

A remuneração das operações ativas vinculadas é suficiente para cobrir os custos das operações de captação.

Não existem operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial.

Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.677.

b) Despesas de pessoal

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Proventos	28.511	61.479	56.983
Encargos sociais	9.014	20.772	22.189
Benefícios	2.872	5.314	5.014
Outras	363	834	1.962
Total	40.760	88.399	86.148

c) Outras despesas administrativas

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	4.892	9.590	10.699
Serviços do sistema financeiro	4.546	8.190	4.822
Aluguéis	2.105	3.971	3.447
Serviços técnicos especializados	937	2.730	2.398
Serviços de terceiros	1.829	3.537	2.264
Comunicações	654	1.274	1.402
Depreciação/amortização	1.543	2.478	1.261
Contribuições filantrópicas	1.500	1.500	1.200
Condomínio	304	594	562
Água, energia e gás	309	701	731
Outras	1.543	3.206	1.789
Total	20.162	37.771	30.575

d) Plano de implementação Resolução CMN nº 4.966

Em cumprimento ao disposto no art. 76 da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, alinhando os critérios contábeis do COSIF com os estabelecidos pela norma internacional IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2025, o Grupo Scotiabank Brasil elaborou o plano de implementação da nova regulamentação contábil, considerando o cenário, ramo de atuação, estratégia de mercado e a estrutura de gerenciamento de riscos. A Administração entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros trarão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e readequação de políticas, controles e sistemas.

Estabelecemos um cronograma de implementação que contempla a realização de atividades ao longo dos exercícios de 2023 e 2024, dependendo ainda de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão mensurados após a definição completa dos normativos regulatórios.

e) Resultado recorrente e não recorrente

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	327.565	396.059	196.183
Resultado não recorrente	(1.274)	(8.786)	(1.451)
Majoração da alíquota da CSLL no crédito tributário e passivo fiscal diferido	-	-	(1.451)
Reorganização societária CIP (nota 6)	(56)	(7.568)	-
Comissão recebida pela liquidação antecipada de debêntures	(1.218)	(1.218)	-
Lucro líquido recorrente	326.291	387.273	194.732

f) Outras receitas operacionais

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rendas recebidas adiantamentos sobre contratos de câmbio vencidos	-	8.619	-
Reversão de provisões operacionais ⁽ⁱ⁾	5.970	7.103	-
Recuperação de encargos e despesas	153	277	14
Atualizações monetárias	1.265	2.282	117
Outras	1.721	1.784	522
Total	9.109	20.065	653

(i) Refere-se basicamente a reversão de provisão de bônus e despesas administrativas.

g) Outras despesas operacionais

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Provisão de ajustes prudenciais	1.721	8.539	2.346
Outras	-	732	952
Total	1.721	9.271	3.298

DIRETORIA

Paulo André Campos Bernardo
 Antonio Pianucci

Izabel Eliza Oliveira Salvucci
 Jaques Mester

CONTADOR

Roberto Shoji Haga
 CRC 1SP242224/O-6